

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.614 - SP (2019/0105409-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : GLAUCO CESAR CARDOSO
ADVOGADO : JALMIR VICENTE DE PAIVA E OUTRO(S) - SP326801
AGRAVADO : RICARDO FARNOCHI
ADVOGADOS : PEDRO ROBERTO DA SILVA - SP118627
CAROLINA GODOY - SP294898

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por GLAUCO CESAR CARDOSO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88 visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AÇÃO MONITÓRIA - CHEQUE PRESCRITO - AÇÃO CAUSAL - PRESCRIÇÃO OPERADA - CÓDIGO CIVIL ART 206 § 5º I SÚMULA 18 DO TJSP E SÚMULA 503 DO STJ - ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS PELA ADULTERAÇÃO DA DATA DE EMISSÃO DOS TÍTULOS - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - APELAÇÃO IMPROVADA (fl. 109).

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 373, II, do CPC, no que concerne à existência de dever do recorrido em comprovar fato extintivo do direito, trazendo os seguintes argumentos:

[...] imprescindível asseverar que o Recorrido não se desincumbiu em comprovar a alegação de fato extintivo do direito do Recorrente durante a instrução processual, visto que a perícia grafotécnica se limitou simplesmente a declarar a existência de rasura, sendo inconclusiva quanto ao ponto controverso, qual seja, a autoria de tal adulteração. Deste modo, caberia ao Recorrido provar suas alegações nos autos, fato este que não se desincumbiu de tal ônus, assim, pelo princípio da razoabilidade e como medida de justiça, a demanda deverá ser julgada desfavorável (fl.119).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 374, II, do CPC, no que concerne à ocorrência de fato incontroverso em razão de confissão da parte

contrária, trazendo os seguintes argumentos:

No mesmo sentido houve afronta direta e literal ao art. 374, inciso II, deste mesmo diploma processual civil, o qual preleciona que: "... não dependem de prova os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária." Como se pode verificar as alegações do Recorrido nos autos, denota-se que este confessou expressamente os valores devidos ao Recorrente, razão pela qual tais fatos deveriam ter sido tidos como incontroversos. Contudo, mesmo diante da ausência de tal comprovação em virtude da alegada prescrição pelo Recorrido, destacando que este se baseou em sua própria astúcia e torpeza, com intuito de não pagar o que deve. Mesmo assim, o Juízo sentenciante proferiu sentença a seu favor, condenando ainda o Recorrente por litigância de má-fé, sentença essa confirmada pelo Tribunal "ad quem", quando o único intento do Recorrente era a cobrança de algo que lhe é devido, débito esse plenamente confessado pelo Recorrido. (fl.119).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação dos arts. 13 e 25 da Lei n. 7.357/85, no que concerne à caracterização da independência e autonomia do cheque, trazendo os seguintes argumentos:

Ademais, o cheque é título não-causal, ou seja, não se vincula a causa/obrigação que lhe deu origem, razão pela qual qualquer alteração poderia tanto ter sido feita pelo tanto pelo próprio devedor/recorrido, quanto por um terceiro. Neste diapasão, imprescindível ressaltar que o cheque goza as prerrogativas da autonomia e independência, portanto, a sua circulação no mercado está desobrigada a contratos (fl.121).

Ocorre que o Recorrente recebeu as cédulas de cheques no mesmo estado que se encontra, afinal, não teria motivos este para cobrar um débito há tanto tempo, sendo que as cédulas estavam em seu poder (fl.123).

Por esse prisma, Nobres Desembargadores, ainda que ficasse constatada na perícia técnica grafotécnica que de fato houve rasuras, todavia, é totalmente pertinente questionar quem foi o maior beneficiário nisso tudo (fl.123).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem assim decidiu a lide:

A sentença deu solução adequada ao caso e merece subsistir por seus próprios fundamentos, que passam a integrar o voto (Regimento Interno, art. 252), porque proferida em harmonia com o conjunto probatório.

Instaurado incidente de falsidade (processo 3007927-55.2013.8.26.0019) e realizada perícia grafotécnica nos cheques,

concluiu o expert que os títulos foram de fato adulterados, modificando-se o ano originalmente preenchido, de forma a prolongar no tempo sua data de emissão (fl. 109).

Constata-se, portanto, que não houve o prequestionamento das teses recursais, uma vez que as questões controvertidas não foram examinadas pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente, a despeito da oposição de embargos de declaração.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

De qualquer sorte, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que as pretensões recursais demandam o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

